

A ORDEM EM TORNO DO DISCURSO: JUAN MANUEL DE ROSAS E A BUSCA DA “SANTA CAUSA”

THE ORDER AROUND THE SPEECH: JUAN MANUEL DE ROSAS AND THE HOLY CAUSE SEARCH

Luan Mendes de Medeiros Siqueira¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo principal realizar uma breve abordagem sobre o discurso de posse de Juan Manuel de Rosas, datado de 13 de abril de 1835, episódio que marcou o início de seu segundo mandato como governador da Confederação Argentina. Procuramos problematizar os principais aspectos presentes em seu pronunciamento, dentre eles: a busca por uma ordem política, a defesa do sistema político republicano, a necessidade de combater os inimigos Unitários e a difusão do ideal da Santa Causa, ou seja, da Federação. O discurso de posse representa o primeiro contato de um líder com a sociedade. Trata-se do momento em que o líder político expõe as diretrizes gerais de sua política e as metas a serem empreendidas. Para quem especificamente o líder político da Confederação Argentina emitia suas palavras? Rosas conseguiu eliminar todos os seus adversários e concretizou o sistema federal da maneira desejada? A partir dessas importantes questões, poderemos compreender as dimensões políticas e as bases do governo de Rosas, bem como o contexto político interno em que ele assumiu o poder, marcado por profundas instabilidades entre Federais e Unitários.

Palavras-chave: Discurso; Confederação Argentina; Federação.

Abstract: The present article aims to realize a brief approach about Juan Manuel de Rosas inauguration speech, dated April 13, 1835, episode which register the beginning of his second as an Argentine Confederation governor. We seek to problematize the main aspects present on his pronouncement, among them: the search for a political order, defense of the republican political system, the need to combat unitary enemies and the diffusion of Holy Cause’s ideal, in other words, of the Federation. The inauguration speech represents the first contact of a leader to the society. It is about the moment wherein a political leader exposes the general guidelines of its policy and the goals to be undertaken. To whom specifically does the political leader of the Argentine Confederation speak? Did Rosas succeed in eliminate all of your adversaries and concrete the federal system in a desired manner? Starting from these important questions, we can understand the political dimensions and Rosas bases government, as well as the internal political context in which he assumed power, marked by profound instabilities between federals and unitaries.

Keywords: Speech; Argentine Confederation; Federation.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, bolsista CAPES. E-mail: luan.mendes94@gmail.com.

Introdução

O processo de consolidação do Estado Argentino foi marcado por constantes rivalidades políticas ao longo de quase todo o século XIX. Desde o processo de independência, tendo como ponto de partida a revolução de maio, em 1810, nas disputas entre os *criollos*, autonomistas e as tropas realistas², depois em 1816, no congresso geral das Províncias Unidas do Rio da Prata, nas primeiras tensões entre Federais e Unitários, as províncias foram palco dessas guerras civis, reunindo, sobretudo, lideranças políticas regionais na defesa de seus interesses, seja por meio de alianças e pactos interprovinciais, seja por tentativas de projetos de constituição.

O jogo político platino tornou-se, a partir de 1810, período da revolução de maio, extremamente complexo, através do surgimento de múltiplos interesses regionais e locais contraditórios entre si, claramente representados nas figuras dos caudilhos, que empunhavam distintas bandeiras políticas, desde as ideológicas até as mais personalistas³. Sob a bandeira da construção de uma ordem e estabilidade política, o estancieiro originário da região da campanha de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, em seus anos de governador da Confederação Argentina, buscou a criação de uma consolidação do Estado Argentino a partir de um regime republicano e do ideal da federação.

Para isso, contou com inúmeras ferramentas de poder: negociações com os diversos setores sociais, alianças com chefes políticos, propagandas, perseguição aos opositores do regime, expedições militares e, principalmente, a partir de um forte discurso. É justamente sobre este último aspecto que pretendemos discorrer no presente trabalho. Quais eram as principais características? Para quem ele direcionava principalmente o seu discurso? Sob quais bases e ideias procurava legitimar a ordem de seu governo? Em qual conjuntura política foi realizado o pronunciamento?

Procuramos responder a essas questões tendo como documento para a investigação o discurso de posse, de 13 abril de 1835, em sua segunda passagem como governador da Confederação Argentina estendendo-se até 1852, ano em que foi derrotado pelas tropas Federais dissidentes, lideradas pelo governador da província de Entre Ríos e general Justo José de Urquiza, as forças coloradas do Uruguai e o Império do Brasil na batalha de Monte Caseros. Para termos ainda um maior entendimento sobre a natureza do discurso de posse, iremos

² GOLDMAN, Noemí. *El pueblo quiere saber de qué se trata! Historia oculta de la Revolución de Mayo*. 1º ed. Editorial Sudamericana: Buenos Aires, 2009. p. 63.

³ CAMARGO, Fernando. *O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional*. Passo Fundo: Clio, 2001. p. 189.

perceber que alguns aspectos enunciados por Rosas se referiam a alguns acontecimentos políticos antes de seu retorno ao poder, dentre eles o assassinato de seu principal aliado, o general Facundo Quiroga, da província de La Rioja. Além disso, não podemos analisar seu discurso sem realizarmos uma breve abordagem de sua primeira passagem de governo, entre os anos de 1829 e 1832, período em foi criado a Confederação Argentina, a partir de um pacto entre as províncias de Buenos Aires, Entre Ríos e Santa Fé e momento do começo da perseguição aos inimigos do regime, ou seja, os Unitários, e que se intensificou durante o segundo governo.

Vale ressaltar que nesses anos não existia ainda a ideia de uma República Argentina. Pelo contrário, tratava-se de uma instável conjuntura política entre os setores políticos em torno de qual seria a forma de organização do Estado. O processo de consolidação do Estado Argentino passou obrigatoriamente pelos conflitos entre os diferentes projetos políticos provinciais. O governo Rosas foi uma tentativa de construção do Estado sob a ideia da Federação, tendo como centro das decisões políticas a província de Buenos Aires. Mesmo após a queda do regime rosista, as rivalidades entre as identidades políticas provinciais não foram encerradas. Pelo contrário, acirraram-se cada vez mais pela continuidade da construção do Estado.

O trabalho encontra-se dividido da seguinte maneira: na primeira parte, buscamos realizar uma breve abordagem de seu primeiro governo quando foram lançadas bases e instrumentos importantes para os primeiros passos do sistema federal. A perseguição e o combate ao inimigo unitário eram os pilares centrais para a concretização do federalismo rosista. Já no segundo e último momento do estudo, analisamos inteiramente o discurso de posse de seu segundo governo, datado de 13 de abril de 1835. Com o uso das faculdades extraordinárias e a suma do poder público⁴, Rosas, a todo momento, enaltece o ideal republicano, sinalizando a necessidade constante de “*muerte a los selvages unitários*”⁵, condição *sine qua non* para a efetivação do federalismo.

Há uma vasta produção historiográfica sobre o período rosista em suas múltiplas dimensões: econômica, estudos culturais, entre outras perspectivas⁶. Os primeiros estudos sobre a figura de Rosas e o período rosista se deram em meados do século XIX pelos intelectuais da

⁴ A *suma do poder público* (soma do poder público) significava que Rosas exerceria os três poderes do Estado: executivo, legislativo e judiciário. Já as *Faculdades Extraordinárias* consistiam no direito de não limitar suas atribuições, práticas e as medidas políticas de Rosas nas três esferas de poder.

⁵ A expressão significa: morte aos selvagens unitários.

⁶ Para uma maior discussão historiográfica a respeito do período rosista, cf.: GELMAN, Jorge. De la crisis del orden colonial ao primer sistema de Rosas (Capítulo I). IN: **Rosas bajo fuego**: los franceses, Lavalle y la rebelión de los estancieros. Buenos Aires: Editora Sudamericana, 2009.

chamada geração romântica de 1837. Alguns deles, como Domingo Faustino Sarmiento e Juan Bautista Alberdi, enxergavam o líder de Buenos Aires como símbolo da barbárie e da anarquia. Esses pensadores ficaram no exílio por serem considerados opositores do regime. Já em finais do século XIX e início do XX, a corrente revisionista, composta por alguns pensadores, dentre eles Júlio Irazusta, afirmava que Rosas era considerado um líder e defensor dos interesses nacionais que sabia articular e conciliar os interesses dos diversos grupos sociais.

No período dos anos de 1960 e 1970, em uma historiografia de cunho marxista, Rosas era visto como o representante das classes proprietários de terra, herdeiro do federalismo. Por conseguinte, nos anos de 1980 e 1990, novas abordagens políticas sobre Rosas e o período de sua atuação no poder passaram a ser vistos por uma outra perspectiva. Influenciada pelas perspectivas da Nova História, uma delas é a ideia de analisar sua figura política a partir do sistema político da qual estava inserido, atrelado às fortes identidades políticas locais e regionais que se desenvolveram na região do Rio da Prata, as redes de sociabilidade e as negociações, os partidos políticos, os sistemas eleitorais, a diplomacia, dentro outros elementos.

Destacam-se nesses estudos os trabalhos de José Carlos Chiaramonte, Jorge Gelman, Ricardo Salvatore, Noemi Goldman e Fábio Wasserman. A ideia central desses novos estudos não se baseia em olhar Rosas ou outros caudilhos como líderes nacionais carismáticos. Pelo contrário, buscam ver esses indivíduos como atores políticos e sociais imiscuídos em meio às instabilidades e às lutas do processo de construção do Estado Argentino. Por exemplo, uma das contribuições de Chiaramonte foi a de problematizar a ideia de que existia uma nacionalidade pré-formada durante o processo de independência das Províncias do Prata.

Em contrapartida a isso, defende a ideia de que existiam províncias que apresentavam distintas identidades e projetos políticos resistentes ao processo de centralização imposta por Buenos Aires. As origens do federalismo platino estão associadas a essas indefinições políticas das ditas províncias⁷. Dentro destas últimas, desenvolveram-se ainda projetos locais, tendo a atuação dos caudilhos, chefes políticos que lutavam na defesa de seus interesses políticos e não necessariamente em torno de uma nação ou Estado que nem existia, mas estava em construção.

O federalismo entre as províncias do Prata não foi desenvolvido de maneira imutável, mas, sim, sofreu transformações ao longo do século XIX⁸. Esteve muito mais vinculado às práticas políticas implementadas nos *pueblos*, ou seja, nas cidades e nas províncias onde cada

⁷ CHIARAMONTE, José Carlos. Províncias ou Estados? As origens do Federalismo Platino. *Cadernos do Programa de Pós-graduação em Direito/ UFRGS*. v. 12, n. 1, 2017, p. 76.

⁸ Carmagnani, Marcello (org.), (1993), **Federalismo latinoamericanos: México/Brasil/Argentina**, México: Fondo de Cultura Económica, p. 9.

uma delas apresentava um projeto político distinto e formas de soberania distintas. Diante dessas circunstâncias, as relações entre o Estado e as províncias tornavam-se cada vez mais complexas.

O que pretendemos realizar neste breve estudo é abordar as principais características do discurso rosista, em seu ato de posse, o que nos pode dizer muita coisa, ainda mais em um momento de retorno ao poder na Confederação, e pela ameaça de um possível retorno dos Unitários ao poder. Ocupado em suas expedições militares para a região do deserto, viu-se desafiado de comandar a Confederação Argentina, ainda mais por perder o seu principal aliado, Facundo Quiroga. Logo, era necessário reunir forças políticas a fim de preservar, a todo custo, a “santa causa”, ou seja, a federação. Entre guerras e tréguas de paz provisórias, o período rosista pode ser descrito como uma longa experiência política de tentativa de construção de um Estado Nacional Argentino.

Seja pela utilização da propaganda, seja pelo terror contra os inimigos do governo federal, o líder portenho acreditava que a Confederação alcançaria seu desenvolvimento máximo e liberdade, centralizando, assim, todo o poder para a província de Buenos Aires. O seu poder não só despertava a atenção e medo dos inimigos internos. Suas práticas políticas e sua conduta eram noticiadas e comentadas por outros governos da América do Sul. Por exemplo, em uma audiência agendada com o chefe da Confederação, o ministro residente dos negócios estrangeiros do Império do Brasil, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, ficou impressionado com o comportamento e a forma impulsiva de Rosas de resolver os assuntos políticos internos do país. Por essas razões e outras, Aureliano atribuiu a Rosas como “um dos caudilhos mais extraordinários que viu da América do Sul”⁹. Seja como foi a maneira de tal atribuição, Rosas sempre será um personagem político emblemático.

Os primeiros passos da Federação Rosista

Rosas assumiu o governo de Buenos Aires em um período de intensa polarização política. Com o assassinato do federalista Manuel Dorrego pelas forças unitárias do general Juan Lavalle, as lutas entre Federalistas e Unitários pelo poder não foram menos intensas. Entre fracassados pactos e propostas de conciliação de ambas as partes, novas eleições para o governo de Buenos Aires foram realizadas em 1829 pela junta de representantes. Um dos nomes que mais se destacavam era o do caudilho portenho. Proprietários de diversas estâncias e comandante militar geral da campanha, apresentava já na época uma simpatia e apreço popular,

⁹ Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho para Luís Martinho de Lima Álvares e Silva, Buenos Aires, 15 de setembro de 1841. AHI, Fundo Legações Do Império do Brasil. Maço 016.

bem como o estabelecimento de fortes alianças com chefes locais e com diversos estancieiros. Eleito, o novo líder portenho intitulava-se como o herdeiro do federalismo dorreguista, já que, assim como este último, buscava realizar uma ordem política por meio de alianças provinciais. Em seu primeiro mandato (1829-1832), tendo já a aprovação e o uso das faculdades extraordinárias, *el restaurador de las leyes*¹⁰ buscou uma política de acordos com as demais províncias, visando ao estabelecimento de uma ordem política, tendo em vista as diversas guerras civis, caracterizando, assim, um estado de anarquia. O fuzilamento de Dorrego acirrou a politização entre Federais e Unitários, desdobrando-se até mesmo durante o primeiro governo de Rosas¹¹.

Dentre as primeiras medidas implementadas pelo chefe político de Buenos Aires, criou redes de apoio no exterior da província portenha, estabeleceu políticas de fronteiras e encetou negociações com os índios. A ideia de Rosas sobre um sistema¹² baseou-se nessas perspectivas, visando, cada vez mais, através de negociações, coerção e terror, a altos níveis de legitimidade. No que diz respeito às práticas clientelares, ao mesmo tempo em que conseguia o apoio dos grupos mais desfavorecidos, índios, libertos, setores subalternos, também angariava os interesses da *classe terrateniente*¹³. Este último grupo era a classe proprietária da qual Juan Manuel de Rosas fazia parte.

Composto por estancieiros, proprietários de terra e de gado, principalmente da região da campanha, sul de Buenos Aires, reduto do partido Federal, Rosas procurou beneficiar esses indivíduos e ampliou as redes de solidariedade com o referido grupo. Para o historiador argentino Tulio Halperin Donghi, desenvolveu-se, em finais do período colonial, uma incipiente burguesia unida por vínculos familiares, envolvidos no comércio de gado e ricos em propriedades¹⁴. Esse grupo fez parte da elite dirigente de Buenos Aires, tendo Juan Manuel de Rosas o principal expoente. Em seu governo, realizou ações políticas que tiveram como função o restabelecimento de uma ordem a serviço dos interesses dessa classe¹⁵.

A base de seu governo fundamentou-se no favorecimento aos distintos grupos sociais. Essas práticas estiveram presentes, sobretudo no meio político, quando nomeava os juízes de

¹⁰ Rosas era conhecido como *el restaurador de las leyes* pois recebeu da Câmara de Representantes de Buenos Aires em dezembro de 1829, em seu primeiro mandato, o título de *Restaurador das Leis e Instituições da Província de Buenos Aires*. Seu principal objetivo pautava-se em restaurar a lei e a ordem diante das guerras civis que as províncias platinas naquele período atravessavam, polarizada entre as facções políticas dos Federais e Unitários.

¹¹ GELMAN, Jorge. La construcción del orden postcolonial: el “sistema Rosas” en Buenos Aires, entre la coerción y el consenso. **Tiempos de America**, n.11, 2004, p.4.

¹² *Ibidem*, p. 24.

¹³ LYNCH, John. **Juan Manuel de Rosas (1829-1852)**. Buenos Aires: Emecé editores, 1996, p.25.

¹⁴ HALPERIN DONGHI, Tulio. **De la Revolución de Independencia a la Confederación rosista**. Paidós: Buenos Aires, 1972, p. 308.

¹⁵ *Ibidem*, p. 308.

paz para as diversas regiões provinciais, comissões rurais, dentre outros cargos. Após a fracassada tentativa de impor o sistema político de Buenos Aires a todas as províncias, sob uma constituição unitária, no governo de Bernardino Rivadavia, Rosas, de maneira diferente, visando a amenizar as tensões, procurou uma política de aproximação, de alianças, frente às ameaças de alguns caudilhos Unitários que estavam se destacando nas campanhas militares e que foram, por longos anos, seus inimigos¹⁶. Entre a morte de Dorrego e a ascensão do estancieiro da campanha, Lavalle, por exemplo, realizava incursões pelo sul de Buenos Aires e Rosas buscava alianças com outros caudilhos Federais, resistindo à chamada “revolução unitária”¹⁷.

Sob a liderança do general José Maria Paz, governador da província de Córdoba e um dos grandes inimigos de Rosas, foi criada, em 1830, a Liga do Interior, composta pelas províncias de Córdoba, Catamarca, Santiago del Estero, Tucumán, La Rioja, Mendoza, San Luis e San Juan. A coalizão visava a combater expedições militares, chefiadas pelos governadores Federais. Além disso, a liga unitária deveria manter a ordem e a integridade das províncias. O país se dividia em dois blocos antagônicos que mostravam pontos de debilidade interna¹⁸. Em resposta à liga unitária, sob o comando de Rosas, foi criada, em 4 de janeiro de 1831, a Liga ou Pacto Federal. Consistia numa aliança em proteção às ameaças militares do general unitário Paz. De acordo com a historiadora Marcela Ternavasio, inicialmente, o pacto foi firmado entre as províncias de Buenos Aires, Santa Fé e Entre Ríos.

Corrientes, no princípio, recusara-se a participar pela ausência no tratado de definições mais contundentes e pelo fato de ser a província que mais resistia ao modelo de taxação das aduanas e leis de navegação em torno da província portenha. Uma das grandes questões levantadas pelos estudiosos é o fato de que o líder portenho deu preferência à realização de pactos sobre a produção de uma constituição. O governador de Buenos Aires não tinha o interesse de ratificar ou escrever uma constituinte. O historiador Enrique Barba descreve esse caso como uma obsessão anticonstitucional de Rosas, pois, caso a mesma fosse implementada, a partir da convocação de uma assembleia geral entre as províncias, Rosas acharia que seriam

¹⁶ Não é foco do presente estudo realizar uma abordagem sobre o caudilhismo. Entretanto, vale ressaltar que há uma ampla discussão historiográfica sobre o termo e seu significado já que foi uma figura importante na construção do Estado Argentino e nas guerras civis locais e regionais nas províncias platinas. Para uma maior análise e discussão historiográfica sobre o termo, cf.: GOLDMAN, Noemí y SALVATORE, Ricardo (Compiladores): *Caudillos Rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema*. EUDEBA: Facultad de Filosofía y Letras. UBA: Buenos Aires 1998.

¹⁷ ROSA, José María. *Historia argentina: Unitarios y federales (1826-1841)*. Buenos Aires: Editorial Oriente S.A., 1972, p.119.

¹⁸ TERNAVASIO, Marcela. *Historia de la Argentina (1806-1852)*. Buenos Aires: Editora Siglo Veintiuno, 2009. p. 171.

criadas autoridades superiores ao poder em Buenos Aires¹⁹. Logo, preferia estratégias com base em acordos e alianças, bem como em pactos interprovinciais. Embora o governador de Buenos Aires mantivesse uma certa estabilidade política, teve que estabelecer diversos diálogos com os setores Federais, já que alguns políticos dentro do partido defendiam a Constituição.

Menciona-se, por exemplo, o caso de Estanislao López. O líder de Santa Fé defendia um projeto constituinte nos moldes dos Estados Unidos da América, utilizado como um instrumento para apaziguar o instável estado político entre as províncias.²⁰ Porém, López encontrava resistências em alguns líderes, dentre eles, Facundo Quiroga. Uma das duas peças mais importantes e homem de confiança de Rosas divergiam quanto às formas de organização do poder. O caudilho de Buenos Aires, por sua vez, preferiu a manutenção das coalizões provinciais. Buenos Aires, Entre Ríos e Santa Fé foram as primeiras províncias a ser parte da chamada Liga Federal.

Após a criação do bloco federal, Rosas declarou guerra à Liga do Interior. Para isso, buscou importantes aliados, destacando-se alianças com López e, principalmente, Facundo Quiroga, da província de La Rioja. Este último foi um importante aliado de Rosas em campanhas militares nas províncias andinas e, posteriormente, nas expedições do deserto. Este último termo referia-se às regiões que tinham um “vazio de civilização”, isto é, não foram dominadas pelas expedições militares rosistas, povoadas pelos povos indígenas que se encontravam no estado da barbárie.

Quiroga conseguiu dominar especialmente as províncias de Córdoba e San Luis. No plano interno, estabeleceu outras medidas: regulamento da imprensa; supressão de periódicos que fossem contra o sistema da federação e o uso das faculdades extraordinárias. Sob o lema *federación o Muerte*, Rosas eliminava seus inimigos, especialmente os Unitários. No primeiro mandato, angariou um maior apoio dos grupos rurais, dos setores subalternos da cidade e *de la gente decente*, a elite ilustrada de Buenos Aires, comerciantes, estrangeiros, grupos que mais apresentavam resistência ao seu governo. A região Sul da cidade era a parte em que encontrava forte apoio e reduto federal enquanto que o Norte, área da antiga colonização, permeada por um forte unitarismo, apresentava resistências. É nesta última região que ocorreram os levantamentos de Lavalle no final dos anos de 1830²¹.

¹⁹ BARBA, Enrique M. **Unitarismo, Federalismo y Rosismo**. Buenos Aires: Ediciones Pannedille, 1972. p. 43.

²⁰ Ibidem, p. 40.

²¹ GELMAN, Jorge. **Rosas bajo fuego: los franceses, Lavalle y la rebelión de los estancieros**. Buenos Aires: Sudamericana, 2009. p. 30.

Após o triunfo das forças rosistas, grande parte das províncias que faziam parte da liga do Interior agregou-se ao pacto federal em 1832: Santiago del Estero, Córdoba, Mendoza, Corrientes, La Rioja, Tucumán, San Luís e Catamarca. Alguns generais Unitários exilaram-se no Uruguai (como foi o caso de Juan Lavalle) e na Bolívia, onde os generais La Madrid, Videla, Javier López, Pedernea e Mariano Acha conseguiram a proteção do general Santa Cruz. Outros Unitários e dissidentes Federais foram fuzilados, enquanto outros foram cooptados por Rosas. Com o crescimento da liga, todas as províncias, além de cumprirem as cláusulas, deveriam também delegar a Rosas o manejo das relações exteriores. Dessa forma, o comandante militar da campanha começava a institucionalizar a ordem de um sistema federal, submetendo, de maneira gradativa, as demais províncias sob o domínio central da capital portenha.

Com a eliminação dos principais chefes Unitários, Rosas, por meio de coalizões, estabelecia suas redes de poder com outras lideranças locais, calcando, assim, as bases da ordem federal. É importante ressaltar que Rosas, em seu projeto federal, foi inicialmente eleito como governador da província de Buenos Aires em 1829. Posteriormente, a partir da realização de pactos interprovinciais, alianças militares e triunfo nas guerras sobre seus adversários, começava a expandir suas redes políticas. O marco disso foi a realização do pacto Federal em 1831, evento que fundou a Confederação Argentina. À medida que incorporava novas províncias a esta última, fortalecia-se no poder, legitimando-se, então, como governador não só da província bonaerense, mas também da Confederação Argentina.

Marcas de um Discurso

Entre diversos olhares, podemos elencar duas ideias a respeito do federalismo rosista. A primeira delas se refere ao objetivo de centralizar todo o poder político na província de Buenos Aires. Todas as outras províncias, sejam as do litoral, sejam as do interior, deveriam se sujeitar à administração da capital portenha. Quando se fala em centralização, não se pode deixar de mencionar que o comandante geral da campanha desejava concentrar o comércio portuário para a Buenos Aires. Por meio das aduanas, tarifas que as outras províncias deveriam pagar à capital, esta última enriqueceria significativamente a atividade portuária. Tal motivo explica o porquê de a província de Corrientes se recusar, em um primeiro momento, a participar do pacto federal de 1831. A lei das aduanas prejudicava a província correntina pelo fato de a mesma ter um relativo grau de autonomia do desenvolvimento de seu comércio portuário.

Há divergências na historiografia quanto à ideia de que se, de fato, Rosas constituiu um sistema federal, pois uma de suas metas era centralizar o governo em torno da capital Buenos Aires, respeitando a autonomia das demais provinciais, o que acabou não tendo muito êxito.

Essa proposta se assemelhava ao que os seus rivais, os Unitários, desejavam, como tentou em sua gestão, Bernardino Rivadavia, a partir de uma constituição selada entre as províncias durante o Congresso Geral das Províncias Unidas do Rio da Prata, entre 1824-1826. Porém, a proposta foi rechaçada pela maioria das províncias sob a justificativa do excessivo poder político de Buenos Aires²².

Já a segunda perspectiva consiste na concepção de que o federalismo deveria estar acima de tudo, mas, para isso, criou-se uma ideia de que era fundamental eliminar o inimigo, isto é, os Unitários. Entretanto, será que eles apenas eram os inimigos do governo? Não eram totalmente estes últimos. Existiam outros setores que se opunham ao governo rosista, dentre eles: os Federais dissidentes e um grupo de intelectuais que marcaram época, tanto pela resistência ao rosismo, quanto, principalmente, por suas ideias a respeito da Argentina. Nos referimos à chamada geração romântica de 1837. Indivíduos como Juan Bautista Alberdi, Domingo Faustino Sarmiento, Esteban Echeverría, Juan Maria Gutiérrez e Félix Frías, realizavam duras críticas a Rosas e ao seu sistema de governo, suas práticas de terror e perseguições²³. Nesse período, a maioria deles viveu no exílio, como foi o caso, por exemplo, de Sarmiento, que ficou no Chile. Lá, escreveu uma das obras mais importantes da literatura Argentina, *Facundo: Civilização y Barbárie*²⁴, permeada de fortes críticas ao governo de Rosas e na narrativa sobre a vida do caudilho da província de La Rioja, Juan Facundo Quiroga.

Embora não seja aqui o nosso foco realizarmos uma exposição aprofundada sobre a geração romântica de 1837, não poderíamos deixar de mencionar e ressaltar a importância de sua atuação nesses anos do governo rosista, em que os intelectuais foram constantemente perseguidos mas conseguiam por meio de suas obras tecer críticas ao sistema da Confederação. No discurso de posse, possivelmente, o governador da Confederação Argentina dirigia-se não somente aos Unitários como também a esses intelectuais, dentre outros setores que faziam oposição à sua ordem instituída. Conforme falado anteriormente, o discurso foi realizado em 13 de abril de 1835. Em suas falas iniciais, Rosas se dirige aos ouvintes da seguinte maneira:

Mis amados compatriotas

²² Como por exemplo, o historiador Enrique Barba afirma que o federalismo rosista não foi mais do que a Constituição de 1826, no período de governo do unitário Bernardino Rivadavia, tendo como proposta a centralização da política e do comércio portuário em torno da província de Buenos Aires. Para maiores informações, cf.: BARBA, Enrique M. *Unitarismo, Federalismo y Rosismo*. Buenos Aires: Ediciones Pannedille, 1972, p. 24-27.

²³ MYERS, Jorge. La revolución en las ideas. La generación romántica de 1837 en la cultura y en la política argentinas. In: (org.) GOLDMAN, Noemí. **Revolución, República, Confederación (1806-1852)**. Buenos Aires: Sudamericana-Nueva Historia Argentina, 1998. p. 393.

²⁴ A obra *Facundo: Civilización y Barbárie*, escrita por Domingo Faustino Sarmiento, no Chile, em seu tempo de exílio, foi publicada pela primeira vez em 1845, no periódico *El Progreso*.

Cuando me he resuelto a hacer el terrible sacrificio de subir a la silla del Gobierno, en las circunstancias aciagas en que se halla nuestra infortunada patria; cuando para sacarla del profundo abismo de males, en que la lloramos sumergida, he admitido la investidura de un poder sin límites, que a pesar de toda su odiosidad, lo he considerado absolutamente necesario para tamaña empresa, no creáis que haya librado mis esperanzas a mi limitada capacidad, a mis débiles fuerzas, ni a esa extensión de poder que me da la ley apoyada en vuestro voto, casi unánime de la ciudad y campaña. No: mis esperanzas han sido libradas a una especial protección del délo, y después de ésta a vuestras virtudes y patriotismo.²⁵

Logo no primeiro trecho: “*Cuando me he resuelto a hacer el terrible sacrificio de subir a la silla del Gobierno, en las circunstancias aciagas*”²⁶, o comandante da campanha retratava a conjuntura política interna da Confederação antes de seu retorno ao poder: aumento das polarizações entre federalistas e unitárias pelo assassinato de Facundo Quiroga na província de Córdoba e as tentativas unitárias de ocuparem o poder. É importante ressaltar que Rosas, antes de sua volta ao governo, foi solicitado diversas vezes por lideranças federais para retornar ao cargo de governador; todavia, negou aos pedidos, pois só voltaria se a sala de representantes lhe concedesse as faculdades extraordinárias e a suma do poder público. Para ele, os usos dessas competências seriam fundamentais para promover o retorno da ordem.

Tendo conseguido os referidos atributos, o líder portenho daria continuidade ao seu projeto de federação. Quando falou das difíceis circunstâncias em que o governo se encontrava, mencionou, posteriormente, o termo: *infortunada patria*. De que forma Rosas entendia esse conceito? Tratando-se de um discurso de posse, pátria, em sua concepção, deveria se referir a todos os cidadãos da Confederação Argentina que fossem adeptos à santa causa, à federação. Isso, então, excluiria os Unitários, considerados sobretudo inimigos da pátria. Além disso, eles eram considerados maus exemplos para a convivência pública²⁷, por isso deveriam ser rapidamente eliminados. Uma das maiores formas de patriotismo de um cidadão federal da Confederação Argentina era, assim, auxiliar no combate aos Unitários.

O federalismo encabeçado por Rosas pautou-se em uma concepção a partir de uma reestruturação do aparato repressivo do Estado, com o fortalecimento de instituições, como a Mazorca²⁸, redes políticas de clientelismo, maiores ações de repressão e manutenção do

²⁵ Proclama de Rosas al asumir por segunda vez el Gobierno en 13 de abril de 1835. LORENZO, Celso Ramón (org.). In: **Manual Constitucional de Historia Argentina**. (vol.2). Buenos Aires: Editorial Juris, 1997. p. 170.

²⁶ A expressão significa: “Quando resolvi fazer o terrível sacrificio de subir ao assento do governo, nas terríveis circunstâncias”.

²⁷ OLIVEIRA, Suellen Mayara Péres de. A Confederação Argentina e a pátria Distante: apontamentos sobre a partida dos emigrados rioplatenses (1828-1842). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho de 2011. p. 2.

²⁸ A *Mazorca* foi um agrupamento para-policial cujo fim consistia na defesa dos interesses rosistas através do uso da violência e do terror sobre os adversários políticos. Sua origem não esteve ligada a uma iniciativa governamental, mas sim a uma associação política, a Sociedade Popular Restauradora, criada em fins de 1833. Em sua maioria, era composto por policiais em atividade. Esteve presente junto às tropas armadas em algumas lutas,

estabelecimento de uma ordem e autoridade social²⁹. A maioria desses elementos foi criada em seu primeiro governo (1829-1833); entretanto, foram fundamentais no segundo mandato (1835-1852), já que um grande número de líderes políticos da oposição foi reprimido, perseguido, exilado, retratando, assim, a consolidação da ordem rosista.

Não bastava só a efetivação de práticas políticas para a consolidação do federalismo. Tornava-se necessário, ainda, a legitimidade de um discurso fortemente republicano e federal. A unanimidade federal foi também fruto de um consenso gradual, pela imposição do governo, manifestado no discurso, através da identificação da federação como uma causa nacional ou dos povos, que refletia uma evidente mudança de sinal em sua valorização. Os lemas “*federación o muerte*” e “*viva la federación*”, slogans da política rosista, deveriam ser enaltecidos a todo momento. Como isso foi materializado? Através de vários mecanismos, dentre eles, a propaganda, as festas populares, os desfiles em praças públicas, a criação de hinos e a perseguição aos “*selvages unitários*”, considerados inimigos da santa causa, ou seja, da Federação³⁰. A ordem do discurso republicano implicava exclusivamente na eliminação dos Unitários:

El discurso republicano implementado por los escritores del rosismo como parte de su esfuerzo propagandístico tendió a privilegiar los tópicos más remanidos del pensamiento clásico-y especialmente aquellos provenientes de la antigüedad romana-en desmedro de otras tradiciones de argumentación política más recientes, no porque desconociera a éstas, sino porque el republicanismo clásico parecía ofrecerle una fórmula más eficaz para lograr aquella legitimación del nuevo orden revolucionario sin incurrir el riesgo de alentar demasiado las consecuencias políticas y sociales que se hallaban potencialmente inscriptas en esse legado revolucionario.³¹

Um discurso republicano à moda clássica romana foi a base do discurso do republicanismo rosista. Remetia a algumas concepções de Cícero e Salustio e, sobretudo, à figura do Cincinato, sendo este último conhecido como “o restaurador”, um proprietário de terras vinculado ao campo, fonte de qualidades fundamentais para governar a República. Buscava algum princípio de legitimidade que permitiria garantir a estabilidade da ordem política e que não suscitaria nenhum tipo de resistência ao surgimento do novo Estado³².

como: invasões de Lavalle, Rivera e nos conflitos políticos internos. DI MEGLIO, Gabriel. La Mazorca y El Orden Rosista. *Prohistoria*. Santa Fé, Argentina, n.12, 2008, p.74.

²⁹ GELMAN, Jorge. **Rosas bajo fuego: los franceses, Lavalle y la rebelión de los estancieros**. Buenos Aires: Sudamericana, 2009. Op. Cit., p. 25.

³⁰ SALVATORE, Ricardo. Consolidación del Régimen rosista (1835-1852). GOLDMAN, Noemí. (org). **Nueva Historia Argentina: Revolución, República, Confederación (1806- 1852)**. Editorial Sudamericana: Buenos Aires, 1998. p. 323.

³¹ MYERS, Jorge. Las formas complejas del poder: la problemática del caudillismo a la luz del régimen rosista. GOLDMAN, Noemi & SALVATORE, Ricardo. **Caudillismos rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema**. Buenos Aires: Editorial Universidad de Buenos Aires, 1998, p.92.

³² Ibidem, p. 93.

Tratava-se de um discurso persuasivo, ou seja, levar alguém a crer em alguma coisa³³, no caso a ideia de federação. Tendo como estratégia a arte da retórica, o poder de convencimento, Rosas legitimava seu projeto político a partir do discurso. De todo modo, por mais que houvesse esforços da equipe de seu governo para o referido objetivo, não foi algo totalmente homogêneo. Esteve sujeito às críticas por parte de seus opositores e não conseguiu abarcar todos os grupos sociais, tampouco às necessidades políticas.

A retórica justificativa do rosismo se organizou em torno de um conjunto relativamente limitado, permitindo interpelar aos diversos atores coletivos da sociedade bonairense de sua época e diferenciar-se nitidamente dos grupos rivais³⁴. Nas palavras de Olivier Reboul, a retórica é a arte de persuadir pelo discurso, que, por sua vez, refere-se a toda produção verbal constituída por várias frases que tenha certa unidade de sentido³⁵. No caso em questão, o sentido dos discursos de Rosas pautava-se sobretudo na eliminação ao opositores do regime e na consolidação da federação sob a bandeira do centralismo político em Buenos Aires.

Seu discurso tratou-se de uma lógica persuasiva ao tentar convencer os cidadãos da Confederação e um cunho pedagógico ao orientar aos mesmos por meio de propagandas, festas e ritos cívicos sobre a importância do regime político instaurado. As constantes referências nos discursos republicanos aos setores rurais, agraristas e estancieiros tornavam claro para quem o governador portenho direcionava suas declarações por conteúdo específicos, de cunho antiunitário³⁶. Dando continuidade à análise do seu discurso de posse, observamos no trecho abaixo alguns aspectos que retratam a forma como ele se dirige aos inimigos do governo e quais são os traços da valorização da ordem republicana:

Ninguno de vosotros desconoce el cúmulo de males que agobia a nuestra amada patria, y su verdadero origen. Ninguno ignora que una facción numerosa de hombres corrompidos, haciendo alarde de su impiedad, de su avaricia, y de su infidelidad, y poniéndose en guerra abierta con la religión, la honestidad y la buena fe, ha introducido por todas partes el desorden y la inmoralidad; ha desvirtuado las leyes, y hécholas insuficientes para nuestro bienestar; No queda, pues, otro arbitrio que oponerles la honradez, el patriotismo y la asidua vigilancia de los buenos ciudadanos, apoyadas en la fuerza de un poder extraordinario, cuya acción no sea fácil eludir. Esto es todo lo que exijo de vosotros para restablecer la tranquilidad pública y afianzar el orden bajo el régimen de gobierno federal que han proclamado los pueblos de la república.³⁷

Myers destaca alguns pontos centrais no discurso rosista. São eles: a virtude, a pátria e a necessidade de combater o inimigo da ordem republicana federal. Por exemplo, vemos que o

³³ REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 14.

³⁴ Ibidem, p.96.

³⁵ REBOUL. Op. Cit., p. 14.

³⁶ Ibidem, p. 96.

³⁷ Proclama de Rosas al asumir por segunda vez el Gobierno en 13 de abril de 1835. LORENZO, Celso Ramón (org.). In: *Manual Constitucional de Historia Argentina*. (vol.2). Buenos Aires: Editorial Juris, 1997. p.170.

trecho: “*Ninguno ignora que una facción numerosa de hombres corrompidos*”³⁸ refere-se aos Unitários, vistos como infiéis e comprometedores da ordem. No trecho “*afianzar el orden bajo el régimen de gobierno federal que han proclamado los pueblos de la república*”³⁹, observa-se a preservação do regime federal e a virtude de cada um dos cidadãos republicanos, responsáveis também em colaborar com a ordem e sustentar o edifício institucional da República⁴⁰. Por fim, a parte em que ele diz “*apoyadas en la fuerza de un poder extraordinario*”⁴¹ refere-se ao fato de que, assim como no primeiro mandato, foi eleito novamente pela sala de representantes, investido com as faculdades extraordinárias e a suma do poder público⁴².

Sem dúvidas, o discurso antiunitário seguia sendo necessário para justificar as políticas do regime⁴³. A ideia constante de uma ameaça unitária, por exemplo, era fundamental para manter o uso das faculdades extraordinárias, rechaçar a necessidade de uma organização constitucional e associar o inimigo a um selvagem⁴⁴. Tempos sombrios para quem fizesse oposição ao regime, dentre eles: caudilhos e políticos Unitários, dissidências liberais e, principalmente, os intelectuais da chamada geração romântica de 1837.

Ao longo do discurso de posse, *el restaurador de las leyes* reforçava, a todo momento, o cenário em que se encontrava a situação política na Confederação Argentina. Tal argumento serviria de estratégia a fim de chamar a responsabilidade para si de instaurar a ordem e, principalmente, conquistar a confiança e o apoio da população. Como bom orador e conhecedor da História Argentina, menciona o século do período em questão a fim de abordar o quanto a Confederação, desde o seu processo de independência até aquele momento presente, encontrava-se em constante turbulência e guerras civis. Eis o trecho abaixo:

La experiencia de todos los siglos nos enseña que el remedio de estos males no puede sujetarse a las formas, y que su aplicación debe ser tan pronto y expedito y tan acomodado a las circunstancias del momento, cuando que no sólo es imposible prever todos los medios ocultos y nefandos de que se vale el espíritu de conspiración, sino también fijar reglas de criterio legal para unos manejos disfrazados de mil modos y cubiertos siempre con el velo del sigilo. No queda, pues, otro arbitrio que oponerles la honradez, el patriotismo y la asidua vigilancia de los buenos ciudadanos, apoyadas en la fuerza de un poder extraordinario, cuya acción no sea fácil eludir. Esto es todo

³⁸ A expressão significa: “Ninguém ignora que uma facção numerosa de homens corrompidos”.

³⁹ A expressão significa: “fortalecer a ordem sob o regime republicano que s povos da república proclamaram”.

⁴⁰ MYERS, Jorge, **Orden y virtud**: El discurso republicano en el régimen rosista. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995, p.45.

⁴¹ A expressão significa: “apoiadas na força de um poder extraordinário”.

⁴² Ibidem, p. 60.

⁴³ ARRIBAS, Javier Domínguez, El enemigo unitario en el discurso rosista (1829-1852). **Anuario de Estudios Americanos**, v. 60, n.2, 2003, p. 573.

⁴⁴ Ibidem, p. 574.

lo que exijo de vosotros para restablecer la tranquilidad pública y afianzar el orden bajo el régimen de gobierno federal que han proclamado los pueblos de la república.⁴⁵

Novamente, o líder portenho, a partir da exposição da instável situação política, justifica a utilização de poderes extraordinários, no caso, as faculdades e a suma do poder público, visando à preservação e ao fortalecimento do regime federal. Além desses elementos, afirmava também, como descrito acima no fragmento, que havia sempre uma conspiração daqueles que faziam oposição ao seu governo. Quem seriam esses conspiradores da pátria? Sem dúvidas, Rosas dirigia-se aos inimigos Unitários, alvo de qualquer tipo de depreciação e a causa única das crises e guerras civis que o governo atravessava.

Certamente, havia todo um trabalho de propaganda feito pelo governo rosista que tinha como objetivo central a criminalização aos Unitários e sobretudo o enaltecimento da própria figura de Rosas. Se, para os seus opositores era considerado um tirano, ditador e fonte de toda a barbárie que a Confederação passava naqueles anos, na ótica de seus seguidores era visto como um herói nacional, defensor dos interesses americanistas contra os estrangeiros e aquele que conduzia o país nos rumos da civilização⁴⁶.

A figura do conspirador foi um instrumento utilizado a todo instante pelo governo Rosas. Sempre usufruía dessa ferramenta para denegrir os políticos e membros do partido unitário e aqueles que estavam no exílio. Diante dessas circunstâncias, com a necessidade de controle da anarquia político-social e o restabelecimento da ordem moral e jurídica, fazia-se necessário o estabelecimento de um consenso em torno da figura de mando e liderança de Rosas⁴⁷. Mas, para a concretização desse consenso e do cumprimento da lei, isso seria possível por meio da coerção contra os elementos que comprometessem o rosismo⁴⁸.

Daí o terror e a perseguição serem uma das marcas mais frequentes do governo de Rosas. Na parte final do pronunciamento, o governador da Confederação, buscando cada vez mais

⁴⁵ Proclama de Rosas al asumir por segunda vez el Gobierno en 13 de abril de 1835. LORENZO, Celso Ramón (org.). In: **Manual Constitucional de Historia Argentina**. (vol.2). Buenos Aires: Editorial Juris, 1997. Op. Cit., p. 170.

⁴⁶ Um dos casos interessantes em seu segundo governo foi durante o episódio do bloqueio francês ao porto de Buenos Aires, entre os anos de 1838-1840. Frente isso, Rosas em seus discursos pedia o apoio dos cidadãos da Confederação para se unirem contra os estrangeiros, no caso, franceses e ingleses, pois estes governos estavam prejudicando a economia e o comércio portenho, sobretudo os interesses das nações do continente americano. Daí a ideia de o americanismo ser um dos pilares do seu discurso. Rosas conseguiu sobressair diante do bloqueio e também nos episódios que ocorreram no mesmo período: rebeliões contra Lavalle e dos “Libres del Sur”, fortalecendo, assim, cada vez mais o seu governo. Para um maior entendimento acerca dessas temáticas. Cf. GELMAN, Jorge. *Rosas bajo fuego: los franceses, Lavalle y la rebelión de los estancieros*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

⁴⁷ TERLIZZI, Bruno Passos. **Conceitos em disputa: as linguagens políticas nas obras de Sarmiento e o conflito em torno do conceito de americanismo**. Dissertação de Mestrado defendida ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2013. p. 62.

⁴⁸ Ibidem, p. 62.

explorar o seu discurso de combate aos Unitários, menciona um dos acontecimentos marcantes para o início de sua ascensão ao poder em Buenos Aires. Se já era conhecido e muito bem articulado pela região da campanha antes de entrar na vida política, passava, a partir daqueles anos, a ganhar notoriedade e a se destacar entre os membros do partido federal. O episódio a que ele se referia era a queda do poder de Manuel Dorrego, na época, governador da província portenha, por meio de um golpe liderado pelo general Juan Lavalle, em 1º de dezembro de 1828:

Habitantes de la campaña, cuyo heroico valor y constancia es un objeto de admiración: vosotros fuisteis los primeros en armaros contra los asesinos del 1º de diciembre y unidos con los federales de la ciudad, vuestros compatriotas, hicisteis triunfar la causa que forma hoy el voto general de toda la república; vosotros habéis sido la más firme columna del orden en medio de todas las turbulencias que ha sufrido el país. ¿Qué servicio, pues os podré exigir que no estéis prontos a hacer por la honra y tranquilidad de una patria que habéis defendido con tanto honor?⁴⁹

A queda de Dorrego do poder pelos Unitários aumentou significativamente as polarizações entre as facções Federais e Unitárias. Dorrego assumiu o governo em um contexto não menos importante, marcado pelo término dos acordos de paz da guerra contra o Império do Brasil e na interminável discussão a respeito de qual tipo de organização de forma de governo, as Províncias do Prata deveriam seguir. Além disso, o líder federal procurava também restabelecer a tranquilidade pública a partir de uma trégua das guerras civis que ocorriam em quase todas as províncias. Porém, o seu assassinato, alguns dias depois, só fez intensificar o caótico estado político.

Rosas, por sua vez, intitulando-se como herdeiro do federalismo dorreguista, durante o seu primeiro governo (1829-1832), procurava utilizar a morte de seu companheiro de partido como justificativa para instaurar a ordem e combater os Unitários. Em seu retorno como governador da Confederação, retomava esse episódio a fim de deixar presente na memória dos cidadãos o quanto os Unitários foram os responsáveis e deveriam ser aniquilados. O assassinato de Facundo Quiroga, no mesmo ano de sua posse, em fevereiro de 1835, alimentaria mais ainda toda uma mobilização para o combate aos Unitários, considerados inimigos da pátria.

Outro aspecto a ser mencionado no trecho acima é a referência aos habitantes da campanha. Antes de retornar ao governo, Rosas realizou expedições militares, conquistando terras e estabelecendo alianças com alguns povos, dentre eles, os índios, conhecidos como *los indios amigos*. Essas conquistas foram fundamentais para a ampliação de suas redes de poder e base de seu governo posterior. O líder portenho, por isso, dirigiu-se aos habitantes da campanha

⁴⁹ Proclama de Rosas al asumir por segunda vez el Gobierno en 13 de abril de 1835. LORENZO, Celso Ramón (org.). In: *Manual Constitucional de Historia Argentina*. (vol.2). Buenos Aires: Editorial Juris, 1997, op.cit., p.170.

como aqueles que o ajudaram a fazer tais missões bem como seus aliados estancieiros e as milícias. Na última parte do discurso, o governador da Confederação se dirigia não só aos habitantes da província, como também a todos da cidade de Buenos Aires, atribuindo as seguintes características àqueles que fossem contra o seu sistema de governo:

Habitantes todos de la ciudad y la campaña. La Divina Providencia nos ha puesto en esta terrible situación para probar nuestra virtud y constancia: resolvámonos/ pues, a combatir con denuedo a esos malvados que han puesto en confusión nuestra tierra; persigamos de muerte al impío, al sacrílego, al ladrón, al homicida, y sobre todo, al pérfido y traidor, que tenga la osadía de burlarse de nuestra buena fe.⁵⁰

Ímpio, homicida, ladrão e traidor. Esses termos eram formas de se referir ao que fizesse oposição ao regime rosista. Tudo isso em prol da santa causa, ou seja, da federação, que, por sua vez, como vemos no trecho abaixo, era a forma que ele finalizava seu pronunciamento:

No os arredre ninguna clase de peligros, ni el temor de errar en los medios que adoptemos para perseguirlos. La causa que vamos a sostener es la causa de la religión, de la justicia, de la humanidad y del orden público: es la causa recomendada por el Todopoderoso; él dirigirá nuestros pasos, y con su especial protección nuestro triunfo será seguro. Buenos Aires, 13 de abril de 1835 - *Juan Manuel de Rosas*.⁵¹

Preservar a federação implicava também a manutenção da ordem, sendo, principalmente, necessário o apoio das outras instituições: justiça, igreja e sobretudo a sociedade. Unindo essas ideias, o líder portenho buscava criar uma imagem em que todos fossem favoráveis ao seu regime. Quanto àqueles que fizessem resistência, seriam cerceados pelo sistema, sendo excluídos pela força da lei, através de ações de prevenção, sendo estas últimas práticas de legitimação de seu empreendimento político⁵².

A ordem era institucionalizada em todos os âmbitos, como em cabeçalhos de correspondências, editais, publicações oficiais de novas leis, espaços públicos, festas, desfiles, dentre outros locais, com as seguintes frases: “*Viva la Federación*”, “*Muerte a los selvages unitarios*”. A contar do processo da Revolução de maio, novos tempos na História Argentina seriam escritos pelos Federais, tendo seus anos áureos no período da Confederação, caracterizados pela glória e pela ordem⁵³. Quanto ao período sob a direção dos Unitários, estes seriam esquecidos, já que, na concepção dos Federais, foram marcados pela anarquia e pela

⁵⁰ Proclama de Rosas al asumir por segunda vez el Gobierno en 13 de abril de 1835. LORENZO, Celso Ramón (org.). In: *Manual Constitucional de Historia Argentina*. (vol.2). Buenos Aires: Editorial Juris, 1997. p. 170.

⁵¹ Ibidem, p. 170.

⁵² MYERS. Op. Cit., 1995.

⁵³ WASSERMAN, Fabio. Capítulo IX- El Régimen Rosista, las luchas facciosas y la Revolución de Mayo. In **Entre Clio y La Polis**: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de La Plata (1830-1860). Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008.

desordem, ou seja, representavam um passado que deveria ser combatido, esquecido. Logo, legitimar o discurso de seu governo era essencial.

Conclusão

Ao longo deste trabalho, procuramos problematizar o discurso de posse de Rosas em sua segunda passagem como governador da Confederação Argentina, abordando a conjuntura histórica na qual foi escrito, o que nos traz muitas questões, sendo uma delas o momento de intensificação da polarização entre as facções Federais e Unitários. Entre o interregno do primeiro e segundo mandato rosista, isto é, nos anos 1833-1835, a Confederação foi gerida por representantes Federais, companheiros de partido de Rosas, que não conseguiram conter e manter a ordem como o “*restaurador de las leyes*” realizou em seu primeiro governo.

Em sua volta ao poder, o pronunciamento de Rosas retomava vários pontos da história política argentina, dentre os quais a queda de Dorrego em 1º dezembro de 1828, utilizados como argumentos de que tais episódios não ocorreriam mais pelo fato de terem sido causados pelos Unitários, considerados inimigos do governo e conspiradores da pátria. A manutenção de uma ordem dependia de vários elementos, mas sobretudo era em torno e pela legitimação de um discurso fortemente republicano, nacionalista e antiunitário em que Rosas buscava de maneira gradual um consenso geral em prol de seu governo.

É importante ressaltar também no discurso analisado que o chefe da campanha de Buenos Aires “cria” uma tensão social, ou seja, ressalta a todo momento que existe uma ameaça, uma conspiração provocada por seus inimigos que queriam derrubá-lo. Tal argumento funcionava como estratégia, uma vez que poderia influenciar os cidadãos da Confederação a se aliar a Rosas, pois ele seria o único político a deter as ditas ameaças unitárias. É claro que ele não se utilizou da ferramenta discursiva para ganhar o apreço das pessoas, mas também por meio de outras ferramentas: negociações, redes de solidariedade, festas e premiações para quem contribuísse com o regime. Entretanto, ao potencializar cada vez mais o discurso, ainda mais o de posse, com as credenciais de um governo, havia grandes chances de sensibilizar as pessoas por conta de uma ameaça constante de guerra civil, legitimando, assim, a sua política de governo e a valorização da “santa causa”.

Referências

Fonte

Proclama de Rosas al asumir por segunda vez el Gobierno en 13 de abril de 1835. LORENZO, Celso Ramón (org.). In: **Manual Constitucional de Historia Argentina**. (vol.2). Buenos Aires: Editorial Juris, 1997, p.170.

Bibliografía

ARRIBAS, Javier Domínguez. El enemigo unitario en el discurso rosista (1829-1852). *Anuario de Estudios Americanos*, vol. 60, n°2, 2003.

BARBA, Enrique M. **Unitarismo, Federalismo y Rosismo**. Buenos Aires: Ediciones Pannedille, 1972.

CHIARAMONTE, José Carlos. Províncias ou Estados? As origens do Federalismo Platino. *Cadernos do Programa de Pós-graduação em Direito/ UFRGS*. Vol. 12, n°1, 2017.

CAMARGO, Fernando. **O Malón de 1801: a Guerra das Laranjas e suas implicações na América Meridional**. Passo Fundo: Clio, 2001.

CARMAGNANI, Marcello (org.). **Federalismo latinoamericanos: México/Brasil/Argentina**, México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

GELMAN, Jorge. La construcción del orden postcolonial: el “sistema Rosas” en Buenos Aires, entre la coerción y el consenso. *Tiempos de America*, n°11, 2004.

_____. **Rosas bajo fuego: los franceses, Lavalle y la rebelión de los estancieros**. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

GOLDMAN, Noemí. *El pueblo quiere saber de qué se trata! Historia oculta de la Revolución de Mayo*. 1° ed. Editorial Sudamericana: Buenos Aires, 2009.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **De la Revolución de Independencia a la Confederación rosista**. Paidós: Buenos Aires, 1972.

LYNCH, John. **Juan Manuel de Rosas (1829-1852)**. Buenos Aires: Emecé editores, 1996.

MYERS, Jorge. **Orden y virtud: El discurso republicano en el régimen rosista**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995.

_____. Las formas complejas del poder: la problemática del caudillismo a la luz del régimen rosista. GOLDMAN, Noemí & SALVATORE, Ricardo. **Caudillismos rioplatenses**. Nuevas miradas a un viejo problema. Buenos Aires: Editorial Universidad de Buenos Aires, 1998.

_____. La revolución en las ideas. La generación romántica de 1837 en la cultura y en la política argentinas. In: (org.) GOLDMAN, Noemí. **Revolución, República, Confederación (1806-1852)**. Buenos Aires: Sudamericana-Nueva Historia Argentina, 1998.

OLIVEIRA, Suellen Mayara Péres de. A Confederação Argentina e a pátria Distante: apontamentos sobre a partida dos emigrados rioplatenses (1828-1842). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho de 2011.

REBOUL, Olivier. **Introdução à Retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROSA, José María. **Historia argentina: Unitarios y federales (1826-1841)**. Buenos Aires: Editorial Oriente S.A, 1972.

SALVATORE, Ricardo. Consolidación del Régimen rosista (1835-1852). GOLDMAN, Noemí. (org). **Nueva Historia Argentina: Revolución, República, Confederación (1806-1852)**. Editorial Sudamericana: Buenos Aires, 1998.

TERLIZZI, Bruno Passos. **Conceitos em disputa:** as linguagens políticas nas obras de Sarmiento e o conflito em torno do conceito de americanismo. Dissertação de Mestrado defendida ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2013.

TERNAVASIO, Marcela. **Historia de la Argentina (1806-1852).** Buenos Aires: Editora Siglo Veintiuno, 2009.

WASSERMAN, Fabio. **Entre Clio y La Polis:** conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de La Plata (1830-1860). Buenos Aires: Editorial Teseo, 2008.